



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUZANE KARLA RODRIGUES DANTAS

**REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER: MATERNIDADE E
MONOPARENTALIDADE FEMININA EM CANAPI - SERTÃO DE ALAGOAS**

DELMIRO GOUVEIA

2020

LUZANE KARLA RODRIGUES DANTAS

**REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER: MATERNIDADE E
MONOPARENTALIDADE FEMININA EM CANAPI - SERTÃO DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção da graduação em História.

Orientador: Prof.^a Ms. Sergiana Vieira dos Santos.

DELMIRO GOUVEIA

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

D19r Dantas, Luzane Karla Rodrigues

Reflexão sobre a condição da mulher: maternidade e monoparentalidade feminina em Canapi - Sertão de Alagoas / Luzane Karla Rodrigues Dantas. – 2020.
31f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Sergiana Vieira dos Santos.
Artigo monográfico (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2020.

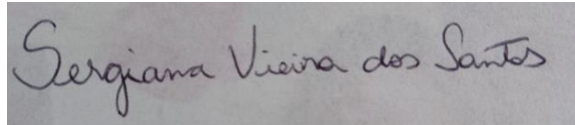
1. Família. 2. História das mulheres. 3. Monoparentalidade feminina. I. Título.

CDU:305-055.2(813.5)

LUZANE KARLA RODRIGUES DANTAS

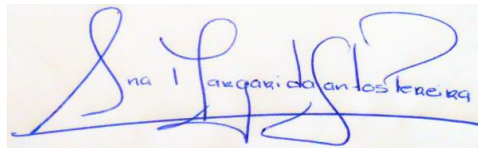
REFLEXÃO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER: MATERNIDADE E
MONOPARENTALIDADE FEMININA EM CANAPI - SERTÃO DE ALAGOAS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção da graduação em História e aprovada em 25 de Maio de 2020



Prof^ª. Ms^ª: Sergiana Vieira dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

BANCA EXAMINADORA:



Prof^ª. Ms^ª. Ana Margarida Santos Pereira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Alagoas



Prof^ª. Dr^ª. Suana Medeiros Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

À Profª Ms. e orientadora Sergiana Vieira dos Santos, por toda dedicação e apoio.

À minha família, especialmente minha mãe (Lourdes) e minha querida filha (Monique) que tanto me inspiraram e deram forças para que esse trabalho fosse realizado.

Aos meus amigos e colegas de curso que fizeram parte dessa realização. Às mulheres que deram suas vozes, seus relatos para que essa pesquisa, inicial, pudesse acontecer.

Aos professores do curso.

A Deus que me concedeu força e coragem para transpor e superar cada obstáculo vivido nesses últimos anos.

RESUMO

Este trabalho aborda algumas questões que envolvem a vida das mulheres, principalmente, enquanto chefes de família monoparental na cidade de Canapi, no sertão de Alagoas. Questões que expõem suas dificuldades como mãe e mulher e quesitos relacionados aos preconceitos e a rede de apoio que contam para a criação de sua prole. Para isso, contamos com uma pesquisa qualitativa que direciona o trabalho pela subjetividade que envolve a compreensão da maternidade solo, ao refletir sobre como se lida com a monoparentalidade. Levando em consideração a imagem tradicional da família que é pai, mãe e filhos como essas mulheres se veem tendo que criar seus filhos sozinhas? Esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre a condição monoparental em Canapi a partir das respostas dadas pelas mulheres chefes de família entrevistadas, explicitando a forma como cada mulher nessa condição se enxerga, como elas interpretam o lugar social em que vivem, e como a história vem abordando essas questões.

Palavras-chaves: História das Mulheres, Família, Monoparentalidade Feminina.

RESUMEN

Este trabajo aborda algunos problemas que involucran la vida de las mujeres, principalmente, como madres solteras y cabeza de familia en la ciudad de Canapi en Alagoas. Problemas que exponen sus dificultades como madre y mujer y preguntas relacionadas con prejuicios y la red de apoyo que cuentan para la creación de su descendencia. Para eso, contamos con una investigación cualitativa que dirige el trabajo para la subjetividad que implica la comprensión de la maternidad en solitario, al reflexionar sobre cómo se trata la crianza individual. Teniendo en cuenta la imagen tradicional de la familia que es padre, madre e hijos, ¿cómo se encuentran estas mujeres teniendo que criar a sus hijos solos? Esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre la condición de madres solteras en Canapi en base a las respuestas dadas por las mujeres entrevistadas, explicando la forma en que cada mujer en esta condición se ve a sí misma, cómo interpretan el lugar social en el que viven y cómo la historia ha estado abordando estos problemas.

Palabras clave: Historia de las mujeres, familia y madres solteras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A MULHER NA HISTORIOGRAFIA.....	10
3. A MULHER E A MONOPARENTALIDADE EM CANAPI- AL.....	15
3.1. O lócus da pesquisa e a contribuição das mulheres canapienses	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
6. ANEXO.....	30

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo almeja-se contextualizar o período de lutas enfrentadas pelas mulheres, para obtenção de direitos civis, para compreender a dinâmica do lugar social no qual estamos inseridas hoje. E portanto, refletir um melhor entendimento sobre as questões que envolvem as mulheres chefes de família monoparentais, nos dias atuais, em Canapi, sertão de Alagoas.

A monoparentalidade é um modelo de família que vem crescendo no Brasil, trazendo consigo um campo abrangente de possibilidades, de reflexão e pesquisas, neste artigo buscaremos refletir sobre a condição da mulher chefe de família monoparental na cidade de Canapi, sertão de Alagoas, o mesmo refere-se a uma pesquisa a qual teve a participação de quatro (4) mulheres que falaram sobre a criação dos filhos sozinhas, ou seja, “mães solteiras”, mas como a maternidade não diz respeito a um estado civil, chamaremos de maternidade solo.

Como essas mulheres enfrentaram o preconceito que envolve a monoparentalidade feminina em cidades interioranas como é o caso de Canapi?

As entrevistadas expuseram de forma tímida suas frustrações e outros sentimentos que estão relacionados a vida social de uma mulher chefe de família monoparental, que embora esteja crescendo no Brasil, ainda é muito recente, como modelo de família aceito juridicamente¹.

O interesse por esse tema está relacionado com o fato de ser filha de mãe solo e chefe de família, portanto, para além da subjetividade da pesquisadora há a necessidade de compreender a importância dessas mulheres serem lidas com um olhar mais empático que o que é comumente dirigido a elas, e principalmente, que o fato delas terem corajosamente assumido uma tarefa que requer todo seu tempo, sozinhas e quando ajudadas, apenas esporadicamente, seja pela família ou por alguma outra rede de apoio externo (como amigos, igreja, comunidade), mostra o quanto a responsabilidade da tarefa de cuidado e educação dos filhos está sob seus ombros.

A partir duma pesquisa qualitativa pudemos verificar e observar o que as mulheres chefes de família monoparental pensam sobre questões como sua própria situação de monoparentalidade, também sobre o modelo de família considerada tradicional e que embora tenha havido alguns avanços relacionados aos direitos das mulheres, a mentalidade coletiva ainda permanece envolvida com os preconceitos culturalmente formados, especialmente pela influência religiosa.

¹ Constituição Federal - 1988, Capítulo VII, § 4.º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Nos capítulos seguintes abordaremos uma visão geral da condição das mulheres, da monoparentalidade e das lutas que trouxeram algumas conquistas sociais as mesmas. Ainda traremos uma pesquisa na qual é priorizado a questão da família monoparental, a qual, sendo chefiada pela mãe, nos permite também a utilização do termo maternidade solo em substituição ao cognominado “mãe solteira”, pois nem todas as entrevistadas tiveram seus filhos estando solteiras e considerando que o estado civil de uma mulher não a impede de ser mãe, usaremos apenas monoparentalidade feminina ou maternidade solo, independentemente dessa condição ter vindo porque não casou ou porque terminou um relacionamento oficializado.

No capítulo 2 iniciamos mencionando direitos, conquistados pelas mulheres, que envolvem a própria conquista de cidadania, ou seja, o direito de ser um indivíduo ativo na sociedade, como é o caso do voto. Para compreender o formato de sociedade na qual a mulher desempenhava uma função, a qual estava limitada, e conhecer assim sua postura frente as limitações impostas a elas.

No terceiro capítulo trazemos um balanço sobre monoparentalidade feminina, um breve relato sobre a cidade onde a pesquisa foi realizada, a pesquisa em si nas falas das entrevistadas e uma análise social que relaciona as entrevistas com o aporte teórico. Visando apresentar construções da maternidade solo e o próprio olhar identitário das mulheres chefes de família apresentadas na pesquisa.

2. A MULHER NA HISTORIOGRAFIA.

De acordo com Celi Pinto (2003, p.13) a história demarca o início das lutas pelos direitos das mulheres no século XVIII, quando grupos de mulheres começaram a se organizar, para reivindicar direitos políticos, mas apenas em camadas privilegiadas da sociedade, esse movimento ganha força e alcança vários países inclusive os que ainda estavam iniciando seu desenvolvimento capitalista. Quando o movimento de mulheres se expande para a classe trabalhadora adquire novas reivindicações, além dos direitos políticos, passam a requerer também o direito de ter liberdade sexual, reprodutiva, trabalhos e melhores salários.

No Brasil, seguindo o pensamento de Celi Pinto (2003) a reivindicação pelo voto feminino era rara durante o século XIX, as mulheres ainda estavam tão distantes de alcançar o direito à cidadania, que não são sequer mencionadas na Constituinte Republicana entre os indivíduos que não teriam direito ao voto. Celi Pinto (2003) ainda divide em pelo menos três vertentes as organizações de mulheres que lutavam por direitos, dessas três apenas uma, a considerada mais radical, falava em questões como sexualidade e divórcio, essas questões estavam somente começando a ser postas como relevantes.

De acordo com o artigo “*A trajetória do divórcio no Brasil: A consolidação do Estado Democrático de Direito*” publicado no site *Jusbrasil*², somente a partir do ano de 1977 foi permitido o divórcio no Brasil, e com restrições, mas na Constituição de 1988 o divórcio foi definitivamente legalizado, porém é ressaltada no texto também a participação religiosa nas decisões políticas sobre esse tema e dessa forma é justificada a demora de se conceder o direito ao divórcio no Brasil. Ora, é presumível que uma lei em vigor não tenha mudado de um instante para o outro à maneira que as religiões existentes no Brasil entendem a questão matrimonial, nesse sentido, é observável que até os dias atuais as igrejas ainda ensinam que o casamento é indissolúvel, ou pelo menos tenha que ser assim, embora seja permitido o divórcio pela lei é da ‘vontade de Deus’ que o casamento dure por toda a vida.

Dessa forma podemos perceber que mesmo com os direitos legais, a mulher convive, atualmente, com a necessidade de precisar impor seu direito de separar-se fisicamente ou até mesmo se distanciar deste parceiro que insiste em acreditar que a mulher o pertence para toda

² A trajetória do divórcio no Brasil: A consolidação do Estado Democrático de Direito – Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>> Acesso em: 19 de novembro 2019

vida. Apesar de termos um índice de um divórcio a cada três casamentos, segundo o IBGE³ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - no ano de 2018, mais de 1/3 dos casamentos em Alagoas acabaram em divórcio e quando se trata de um divórcio justificado na violência doméstica, traz consigo o aumento da insatisfação masculina pelo não controle da relação, o que tem deixado o Brasil entre os cinco países com maior número de assassinatos violentos de mulheres⁴. Esse cenário indica uma grave contradição entre o que é culturalmente aceito e ao mesmo tempo considerado crime na legislação atual.

Na historiografia brasileira ainda há pouco sobre o tema monoparentalidade, isso deve-se a invisibilidade da mulher dentro da própria sociedade, sendo por muito tempo relegada ao privado, ao lar, e nunca reconhecida por seus feitos, somente a maternidade dentro do matrimônio valorizava a mulher. De acordo com Michelle Perrot (2012) a partir de 1960 a história passa a incluir a mulher como objeto de estudo dando início a um legado de historiadores que apontavam a invisibilidade sofrida durante séculos pelas mulheres.

De acordo com Guacira Lopes Louro (2003) as pesquisas sobre gênero estão vinculadas ao movimento feminista, levando isso em consideração, num artigo sobre as questões de gênero, expus a seguinte constatação:

O conceito de gênero torna-se, dessa forma, um conceito analítico projetado para compreender, criticar e superar as diferenças e os embates entre homens e mulheres e que está diretamente ligado ao contexto histórico, cultural e social passando a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. (CONCEIÇÃO e DANTAS. 2018, p. 1)

A partir da década de 1980 diversas publicações realizadas por acadêmicas e feministas evidenciam a questão de gênero com ênfase nas desigualdades e violências sofridas pelas mulheres. Heleieth Saffioti (1998, p. 279) afirma que através das investigações “buscavam-se dados sobre o papel e a presença das mulheres no trabalho, na família e na sociedade em geral. Era preciso torná-las visíveis, denunciar sua condição de subordinação e lutar por uma transformação na sociedade”.

Para Alexandra Kollontai (1907), a mulher tem sido gradualmente relegada para a posição de opressão e dependência dentro dum contexto histórico. Mais de cem anos depois, apesar dos direitos civis de igualdade garantidos por lei à mulher, continua com muita relevância questões sociais trazidas a nu por Alexandra Kollontai, como o fator da opinião pública, que “[...] serve para reafirmar uma hipócrita ‘dupla moral’.” No início do século XX

³ Retirado do site ibge.gov.br – Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/20/0>> Acesso em 24 de fevereiro de 2020

⁴ Retirado do site cnj.jus.br – Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio/>> Acesso em: 28 de novembro de 2019

Alexandra Kolontai (1918), em seu livro “A nova mulher e a moral sexual”, indicava a necessidade de mudanças nas relações afetivas, já que a mulher vinha exercendo trabalhos assalariados e sua jornada de trabalho se duplicava porque além de trabalhar para o seu próprio sustento e da família, ainda levava sozinha a responsabilidade do cuidado com a casa. Podemos ainda observar em Dantas (2018, p. 2) que para “Alexandra Kolontai (1978) havia a necessidade de uma autonomia econômica e também de desenvolver na mulher uma independência psicológica e intelectual.” Vejamos as palavras de Alexandra Kolontai sobre o despertar da personalidade da mulher:

Quanto mais viva é a personalidade da mulher, quando se sente com maior intensidade como ser humano, mais fortemente sente, também, a ofensa do homem que, com a mentalidade formada através dos séculos, não sabe perceber por trás da mulher desejada uma individualidade que desperta (KOLONTAI, 1978, p.89)

Para Heleieth Saffioti (1992, p. 184), “O significado de ‘opressão’ é ambíguo, ora indicando só o fenômeno da dominação, ora sinalizando também o fenômeno da exploração.” Sobre essa afirmação eu desenvolvo a seguinte explicação:

A opressão sendo vista como dominação podemos fazer referência a opressão de gênero, naturalizada na nossa sociedade por conceitos principalmente religiosos e culturais que inferiorizam a mulher, pondo-a a margem do homem, como se esta fosse por natureza inferior e devesse obrigatoriamente submissão ao mesmo; como exploração, diz respeito a posição na hierarquia social capitalista que explora como classe, pagando salários mais baixos com relação ao do homem na mesma função. (CONCEIÇÃO e DANTAS. 2018, p. 6)

Como vemos, a mulher precisou lutar por sua cidadania, por sua inclusão na historiografia, e essas conquistas são muito recentes. Apenas nos anos 1970, segundo Ana Silvia Volpi Scott⁵ (2009) tivemos um aumento nas pesquisas sobre família, mulheres, casamento, concubinato, por causa do avanço da história social, e conclui que: “... proliferavam as uniões baseadas no concubinato, que as taxas de ilegitimidade apresentavam altos percentuais e que proporções significativas de domicílios eram chefiados por mulheres.” (p.20).

Essas relações que eram consideradas ilícitas, em geral pela Igreja, também mencionadas por Mary Del Priore (2011), podem ter deixado uma marca na atualidade, cerca de 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai no registro de nascimento de acordo com a revista

⁵ Scott, Ana Silvia Volpi - As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil, 2009, p.19. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983/13277>> Acesso em 20 de março 2020

IBDFAM⁶ – Instituto Brasileiro de Direito da Família. Portanto é pertinente questionar o porquê das mães solo serem vistas como únicas responsáveis por sua condição vulnerável e de monoparentalidade, quando a história do Brasil mostra o abandono em série tanto dessas mulheres quanto de sua descendência? Mary Del Priore (2011) menciona também a situação das mulheres chefes de família nordestinas, famílias que se tornaram monoparentais por causa da migração para a Região Sudeste. Vejamos:

Mas não foram os costumes liberais que colocaram, por exemplo, o Nordeste como a primeira região do país em número de mulheres chefes de família. E sim a pobreza, que empurrava maridos para longe, em grandes fluxos migratórios, deixando mulheres e filhos para trás. Vingava o chamado “matriarcado da pobreza”. (DEL PRIORE, 2011, p.83)

Nesse caso apontado pela historiadora não foram os ‘costumes liberais’ nem tão pouco as ‘relações ilícitas’ os responsáveis pela situação de monoparentalidade dessas famílias, e sim as circunstâncias adversas causadas pela ausência de políticas públicas relacionadas às secas periódicas, um dos motivos do aumento do fluxo migratório de nordestinos, o que causou o ‘matriarcado da pobreza’.

Para discutir uma temática que é pouco trazida pela historiografia como a monoparentalidade e ainda mais com entrevistas onde essas mulheres pouco falam sobre si mesmas, a História Oral foi o ponto facilitador para construir um trabalho em que somente as próprias mulheres que vivenciam a maternidade solo poderiam nos direcionar. Muito embora haja polêmica sobre pouca objetividade e muita subjetividade na História Oral, é por meio dela que essas mulheres se fazem ouvidas.

A História Oral traz muita discussão com relação a autenticidade e confiabilidade das fontes, para Marieta de Moraes Ferreira (2002, p.15) em *História, tempo presente e história oral*: “a principal crítica [...] liga-se ao fato de que nas sociedades modernas não existe um discurso oral puro, e à perspectiva de que um depoimento oral só ganha sua plena significação em confronto com o documento escrito”, ou seja, há uma disputa dentro da historiografia sobre qual tipo de fonte é mais confiável, os historiadores tradicionais defendem as fontes oficiais, mas quem garante que não pode haver engano na interpretação dos documentos? Para entender, Marieta de Moraes Ferreira, (2002, p.5) é contundente. Ela diz que: “o que importa é identificar

⁶ Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel%3A+mais+de+5%2C5+milh%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%AAm+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento>> Acesso em: 28 de fevereiro de 2020

as relações que, independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas do discurso.”

Assim entendemos que tanto as “formas do discurso” quanto “as relações sociais” podem e devem ser objeto de pesquisa histórica e que a história oral, ainda que para alguns seja controversa, tem muito a oferecer especialmente quando se trata de grupos que estão silenciados nos documentos e na historiografia como é o caso das famílias monoparentais abordadas nesse artigo.

3. A MULHER E A MONOPARENTALIDADE FEMININA NA CIDADE DE CANAPI, SERTÃO DE ALAGOAS

Conforme os estudos utilizados nesta pesquisa a monoparentalidade é um termo que se refere a famílias compostas por apenas um dos pais e seu(s) filho(s). Como apresentado na introdução, esta é uma pesquisa qualitativa fundamentada por meio de questionário apresentado a cerca de vinte (20) mulheres das quais apenas quatro (4) pessoas, todas moradoras da zona urbana, se prontificaram em responder. Embora o número de entrevistadas seja baixo, quando levado em consideração o número estimado de mulheres que exercem a função de chefes de famílias monoparentais em Canapi, a pesquisa não sofrerá dano, pois a intenção está em mostrar, analisar e refletir sobre como as mulheres encaram a sua condição de maternidade solo, tendo em vista vários outros fatores como a condição da própria mulher na sociedade canapiense do ponto de vista da pesquisadora. Com relação a confiabilidade da pesquisa submetida a fonte oral, o artigo *Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação* de Flávia Almeida Moura (2017) explica que as fontes orais aproximam o pesquisador do objeto de estudo e portanto é um trunfo na pesquisa, que não necessariamente precisa contrapor a fonte documental, pois podem também ser utilizadas como abordagens complementares.

De acordo com Friedrich Engels (1984, p. 43 e 44) em *A Origem da propriedade privada, da família e do Estado*, a sociedade tornou-se patriarcal devido à necessidade de controle sobre a herança do indivíduo homem que não deixava seu acúmulo para seus filhos naturais, mas para a família materna, tendo em vista a matrilinearidade da herança nas sociedades consideradas primitivas.

Embora as mulheres tenham conquistado alguns espaços ao longo do tempo, o patriarcado ainda está vigente nas relações sociais que estão estabelecidas até então. Heleieth Saffioti (2004) explica o patriarcado da seguinte forma:

... as relações patriarcais, sua hierarquia, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço de trabalho, do Estado e do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. (SAFFIOTI, 2004, p. 27)

Assim entendemos o porquê das relações de gênero, no âmbito social, serem hierarquizadas mesmo depois das mulheres terem conquistado o direito legal à cidadania, por exemplo: o direito ao divórcio, ao voto, a elegibilidade, logo, temos uma legislação que aparentemente iguala em direitos homens e mulheres, mas as relações ainda inferiorizam o sexo feminino de diferentes formas, como a média salarial que está abaixo do que um homem receberia na mesma função, outro exemplo é o índice alarmante de feminicídio registrado no país, que expõe a objetificação do corpo feminino como propriedade do homem na perspectiva masculina. Para além desses indicativos a criminalização do aborto e o controle da laqueadura, a partir de pré-requisitos, são formas claras de controle Estatal do corpo feminino.

Quando falamos de família monoparental trazemos à tona uma triste realidade, a historiografia é pobre neste tema, contudo, no campo do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia percebemos que já é uma temática bastante discutida e revela que as famílias monoparentais com chefia feminina estão entre as famílias com maior vulnerabilidade social. Essa afirmação é, embora verdadeira, utilizada para justificar uma postura preconceituosa com relação às mães chefes de família, como se a condição de vulnerabilidade fosse fruto da incompetência da mulher em executar a tarefa de ser mãe - à qual foi ‘treinada’ por toda sua vida. Logo, não são levadas em consideração as questões que estão vinculadas ao ‘ser mulher’ na sociedade atual como, por exemplo, a persistente desigualdade salarial, que está presente principalmente no setor privado, isso contribui para piorar sua condição como mantenedora do lar. Apesar de termos leis que amparam as crianças, garantindo pensão alimentícia, a mulher na condição de mãe solo enfrenta também muitos preconceitos que ainda estão enraizados na sociedade brasileira.

Embora esse discurso pareça pertencer aos séculos XIX e XX, está tão em voga atualmente, que o próprio vice-presidente durante a campanha presidencial pronunciou em um de seus discursos que os lares sem a presença do pai ou avô, ou seja, apenas com mãe e/ou avó são “fábricas de elementos desajustados”⁷ essa afirmação do atual vice-presidente Antônio Hamilton Martins Mourão chocou muitas pessoas, a ponto de repercutir em várias mídias. A questão é que apesar da mulher ser “construída”⁸ socialmente para desempenhar a tarefa de ser

⁷ Retirado do site Youtube.com, Canal Poder360, - Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AMc1Lx84mak>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

Retirado do site Youtube.com, Canal Band Jornalismo - Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AjdCQ4a2Bfg>> Acesso em 19 de novembro de 2019.

⁸ DE BEAUVOIR, Simone – O Segundo Sexo, V. I Fatos e Mitos. 4ª ed. Tradução de Sérgio Milliet, capa de Fernando Lemos. Difusão Europeia do Livro. 1970.

mãe, a mulher não é aceita como capaz de desempenhar tal tarefa sozinha, porque a atribuição de autoridade dentro daquela família não será de um homem, mas de uma mulher, logo, a monoparentalidade feminina é indesejada numa sociedade que supervaloriza o homem, pois subverte a ideia do macho como autoridade.

A mulher, comumente, deseja muito ser mãe, talvez por sermos desde a infância ensinadas a isso. Um desejo construído historicamente pelo formato de sociedade na qual estamos inseridas? Ou será um desejo biológico, que emana do nosso corpo de mulher adaptado para tal? Simone de Beauvoir (1970) considera que não se nasce mulher, mas torna-se, ou seja, a mulher passa por um processo educativo no meio social que a coloca num determinado lugar pré-estabelecido por esse meio social, cultural e temporal específico, com uma determinada função. Levando em consideração a constatação de Simone de Beauvoir (1970), com relação à construção do gênero, a partir das exigências sociais, podemos entender também que a maternidade, que é socialmente entendida de forma graciosa, doce, que complementa a mulher como ‘ser’, também é construída socialmente, a partir de uma educação disposta tanto pela família quanto pela comunidade. A maternidade é propagandeada como algo que está intrinsecamente relacionado à existência da mulher, enquanto mulher, ou seja, para ser mulher em sua completude é preciso ser mãe, ou a mulher jamais será uma mulher inteira, finalizada. Esse estado de plenitude deve ser alcançado pela mulher apenas na maternidade, pois é impensado que quaisquer outras áreas da existência humana faça a mulher sentir-se realizada na sociedade patriarcal.

No Brasil a mulher pôde divorciar-se efetivamente somente a partir do ano de 1988, período de redemocratização, embora pudesse separar-se ou desquitar-se antes disso, mas isso não lhe traria uma boa imagem na sociedade, uma mulher sem marido não tinha valor social, pois a figura que dignificaria a mulher estava atrelada fortemente a imagem do homem, fosse ele pai ou marido. Por isso é chamada de sociedade patriarcal, porque a manutenção física e moral da família dependem do prestígio que o patriarca exerce na sociedade, e quanto mais distante do meio público as mulheres de sua família estivessem, melhor seria para a imagem do patriarca. Claro que a sociedade passa por mudanças profundas e as mulheres ganham espaço público maior, mas não desfaz a estrutura patriarcal da sociedade. Muito embora se tenha na legislação algumas iniciativas que promovam a igualdade entre homens e mulheres, ainda há, sobretudo preconceitos arraigados na população que fazem parte da memória social deste povo, ou seja, ainda é dominante a figura masculina em postos de trabalhos com maior prestígio social e ainda é desejável que a mulher pudesse permanecer em casa cuidando apenas dos filhos e da

vida privada da família em si, mas o que mais predomina é a construção da mulher como mãe e como se fosse à maternidade o ápice da conquista do respeito à mulher dentro da sociedade.

Segundo Marister Scarpellini e Viviani Yoshinaga Carlos (2011, p. 4): "As famílias monoparentais de mães sozinhas com filhos são mais "vulneráveis" no plano econômico, no provimento de víveres e dos cuidados prestados aos filhos". Essa é uma realidade que afeta todo o país, pois estatisticamente o canal de comunicação CNM divulgou em 2017 uma reportagem na qual as mulheres brasileiras aparecem como 40% dos chefes de família e com um aumento salarial médio de 12%⁹. Mesmo assim as mulheres ainda ganham em torno de 30% menos que os homens. Já para Klaas Woortmann e Ellen Woortmann (2004), quando se está diante de uma situação de monoparentalidade e/ou chefia feminina a família procura um homem que substitua a autoridade do pai que está em falta, seja ele um filho mais velho, um tio (irmão da mãe) avô, isto porque a sociedade patriarcal trata a mulher chefe de família monoparental com muito desprezo, diferente da forma que trata um homem na mesma condição, a mulher é desafiada diariamente a provar que consegue sob discriminações e ofensas que as colocam como responsáveis por estarem nessa condição. Nesse sentido existem vários ditados populares que podem servir como exemplo desse pensamento coletivo, um deles e talvez o mais conhecido é: "quem pariu, mantém e balance", ou, "quem pariu Mateus que balance"; ambos são um só, ditos de formas diferentes, mas que reforçam que é responsabilidade da mulher que engravidou e conseqüentemente pariu, (estando fora do casamento) a manutenção exclusiva da prole.

Legalmente não é assim que funciona, existem leis que garantem pensão alimentícia para o(s) filho(s) que são frutos dessas relações, seja porque não casou, ou porque separou. Mas podemos questionar que se existe uma lei para obrigar um indivíduo (na maioria das vezes, o homem) a pagar pensão para o sustento do(s) próprios filho(s), será isso resultado de uma sociedade que ignorou durante centenas de anos os filhos considerados bastardos? O questionamento ficará em aberto.

3.1 O lócus da pesquisa e a contribuição das mulheres canapienses

Canapi é uma cidade do sertão alagoano com cerca de dezoito mil habitantes (IBGE 2010), de estilo muito conservador e religioso, o maior evento que acontece na cidade anualmente é a festa do padroeiro, São José, que segundo a crença, protege a cidade e garante

⁹ Mulheres chefiam 40% dos lares brasileiros – Acesso em 28 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mulheres-chefiam-40-dos-lares-brasileiros-revela-pesquisa>> Acesso em: 20 de março de 2020

um bom ano aos agricultores. Aqui as moças ainda casam-se cedo e desde novas suas expectativas giram em torno da construção de uma família, ter filhos, marido, construir uma casa. É perceptível o alto índice de mulheres que se casam até os dezoito anos de idade. Segundo o IBGE no ano 2000 a faixa etária que teve maior número de casamentos foi entre 15 e 19 anos de idade, sem contar com as mulheres que se casaram antes dos 15 anos de idade. A cidade de Canapi-AL juntamente com outras cidades da região que contam com a colaboração da ONG Visão Mundial, foi mencionada numa pesquisa para a revista online CLAUDIA¹⁰ (2016), sobre noivas meninas e como as meninas adquirem vida de adulto ainda na adolescência contando com o relato de várias adolescentes. Trabalho e estudo fazem parte apenas do percurso para a construção do lar e não é uma prioridade na vida das mulheres de um modo geral nessa cidade. Mas a moral socialmente construída não surge do nada, não brota da terra, e isso a historiadora Mary Del Priore (2011) em *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* nos mostra de que forma a interferência do Estado e da religião na vida do indivíduo moldam a sociedade conforme pretendem. Vejamos:

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas selou um “pacto moral” com a Igreja. Esta se tornaria uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado. Essa nova aliança se deu graças ao apoio de cardeais como d. Leme... O movimento do “casa ou larga” incentivava as classes subalternas, nas cidades ou no interior, a contrair matrimônio na igreja. (DEL PRIORE. 2011, p.49)

Embora tenham se passado mais de oitenta anos da época mencionada por Mary Del Priore, a igreja, principalmente, não abre mão de seu papel de pregadora da ‘boa moral’ e formadora de ‘cidadãos de bem’. Os avanços que vão acontecendo na legislação a nível nacional, muito lentamente chegam às cidades interioranas como Canapi, mas isso também pode ser visto como reflexo do curto período de tempo que a mulher dispõe de cidadania como o direito ao voto e ao divórcio, por exemplo, conquistado gradativamente durante décadas indo em direção contrária ao discurso religioso. A mulher canapiense sabe que tem o direito de se divorciar, mas ainda passa por uma batalha no ciclo de convivência quando assim decide, pois a religião embora aceite, não naturaliza o divórcio, pelo contrário, apregoa efetivamente o laço matrimonial como um compromisso que deve durar toda a vida. Em Canapi não seria diferente, ou melhor, em cidades pequenas as diferenças são vistas com maior clareza. Por exemplo, se a mulher trabalha e ganha mais que o marido ele fica desprestigiado na cidade, porém, para

¹⁰ Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casadas no Brasil – Revista Claudia – Acesso em 20 de novembro de 2019 <https://claudia.abril.com.br/noticias/os-bastidores-da-reportagem-que-foi-buscar-as-criancas-casadas-no-brasil/>

manter/recuperar sua condição de chefe e indivíduo superior, ou seja, com mais autoridade, dentro da família, é comum regularem a saída das mulheres de casa apenas para o trabalho e compromissos familiares.

Uma mulher que é chefe de família monoparental, em meados dos anos 90 tinha sérias dificuldades para se relacionar numa cidade onde a moralidade é sempre observada de perto por todos os moradores e constantemente desafiada na sua função de mãe. Mas por que a mulher é ensinada principalmente a ser mãe acima de qualquer coisa na sociedade e quando esta vai desempenhar este papel sem a presença do pai, a sociedade a discrimina e duvida do seu sucesso na tarefa de educar os filhos? A família monoparental tem a mãe como figura principal de autoridade e quando os filhos não têm uma figura masculina próxima, a família a qual se sente exclusivamente pertencente é a família materna, dando um aspecto matriarcal a uma família que vive dentro de uma sociedade que é patriarcal, ou seja, algo em oposição/contraste ao modelo normativo e essa contradição passa a ser apontada como algo inconcebível.

É importante destacar que as mulheres solicitadas para a pesquisa só aceitaram participar com a condição de ter a identidade preservada, por esta razão às nomearei com letras do alfabeto.

Vejamos o que diz a entrevistada “B” sobre o que significa ser mãe solo na cidade de Canapi:

Ser mãe solo é uma luta diária porque você tem que lidar com uma sociedade machista e preconceituosa, que julgam a mulher como sempre a errada, como se tivéssemos nos tornado mãe solo por opção... quando não julgam com palavras, te julgam com olhares. Ser mãe solo significa força e luta. [e] É mudar sua vida e seu tempo, é dá todo seu coração. Ser mãe solo é um turbilhão de sentimentos ao mesmo tempo, é se sentir forte e protetora como uma leoa e ao mesmo tempo frágil e delicada como uma flor. Ser mãe é um sentimento que é difícil de explicar com palavras.

(Entrevistada B)

Aqui notamos que a própria entrevistada se utiliza do termo ‘mãe solo’ isso se deve ao fato de ser professora, com grau de instrução de nível superior. Percebemos também que há um estigma sobre a mãe solo, pois a maternidade é muito desejada e respeitada somente quando dentro do casamento.

Já a entrevistada ‘D’ fala da seguinte forma: “Ser mãe solo é estar sempre sendo avaliada, ou será um desastre por estar sendo permissiva ou será igualmente um desastre por ser muito exigente e dura.”

Outra entrevistada ao ser questionada sobre um possível apoio, para a criação dos filhos, respondeu de forma curta e enfática que “sim, de Deus.” Bem, aqui ela disse claramente que não se sentiu apoiada por ninguém de seu ciclo de convivência e família, apenas sua fé lhe

ajudou. E ainda complementa dizendo que: “Por conhecer filhos que cresceram com pai e mãe rigorosos dentro de casa e não são exemplo na sociedade é que não sinto nada nessa tal de tradição.” (Entrevistada C)

A entrevistada C estava tentando expressar sua indiferença ao modelo normativo apontando como incoerente e contraditório, ou seja, mesmo os filhos sendo criados por pais tradicionais, não é certo que estes serão boas pessoas, mas os dela que criou sozinha, são.

O que é preciso ser compreendido e apreendido pela sociedade canapiense é que o modelo tradicional de família tem se modificado e novos arranjos familiares tem se constituído, um exemplo é a família monoparental, antes considerada um escândalo, hoje, embora mais aceita, ainda é muito estigmatizada como sendo algo desagradável e indesejado.

Acredita-se que o modelo tradicional de família tem se perdido, mas não seria o reconhecimento dos demais núcleos familiares? Não vimos estatísticas que comprovem que a família tradicional esteja se acabando, mas com certeza há uma onda de visibilidade com relação aos demais modelos familiares. Neste sentido:

A família nunca deixa de existir, apenas constrói diferentes formas de se organizar, sendo assim, ao longo de sua existência, ela passa por períodos de reestruturações onde busca maneiras particulares de viver e interagir mediante uma cultura que se renova constantemente pela coexistência complexa de valores tradicionais e modernos. (SOUSA. 2008, p. 25)

Vimos que para lidar com a maternidade solo é preciso estar disposta, além de ser mãe, que já é por si uma tarefa que requer muito da mulher, à enfrentar situações de preconceito que as fazem se sentirem frustradas com relação as expectativas que tinham pra própria vida. Ao ser questionada sobre isso a entrevistada “A” disse que: “[...] lidar com a maternidade não é fácil, mesmo porque, não existe escola para que nos ensine a ser mãe. Quando nos tornamos mãe a insegurança nos atormenta [...] depois nos frustramos porque não foi nada do jeito que idealizamos.”

A maternidade é idealizada pelo próprio processo de construção na qual todo cidadão é submetido. A frustração acontece quando a mulher se ver abandonada e relegada à condição de única sustentadora do lar sem ter tido uma prévia preparação, ao menos psicológica, para isso.

A dissertação de mestrado de Psicologia Clínica - *Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico* (2008) da Lisette Weissmann trata sobre a diferença entre as famílias monoparentais francesas, construídas a partir da vontade e pré-disposição das mulheres em ser apenas mãe, sem a necessidade de um relacionamento, e as famílias monoparentais brasileiras e paulistanas, por ela estudadas, que estão em um lugar de abandono, pois procuram

inicialmente uma relação e se veem numa condição de monoparentalidade devido ao afastamento posterior do homem, genitor e corresponsável pela gravidez e, conseqüentemente, a situação de maternidade solo que será enfrentada pela mulher em questão.

Com relação ao apoio na criação dos filhos três (3) das quatro(4) entrevistadas disseram ter tido apoio da família na criação do(s) filho(s) e apenas uma(1) relatou que não teve apoio, nem da família, ou do pai dos seus filhos, e justificou dizendo que o único apoio que teve “foi de Deus”. As entrevistadas “A” e “C”, cujas faixas etárias estão em torno dos 50 e 60 anos de idade, reforçam a fé como um consolo para a vida de luta que tiveram, ambas também não relatam terem recebido ajuda financeira do pai/s do(s) filho(s), enquanto as representadas pelas letras “B” e “D”, com faixa etária na casa dos 30 anos relatam a importância da família para ajudar no sustento e criação do(s) filho(s) enquanto elas trabalham, apenas uma delas fala sobre ajuda financeira do pai do(a) filho(a). As entrevistadas “A” e “D” são funcionárias públicas municipais na cidade de Canapi; a “B” trabalha como professora; a “C” é dona de casa. Das quatro entrevistadas a “A” e “C” terminaram o Ensino Médio enquanto a “B” e “D” têm Ensino Superior.

Quando me separei vim pra cá porque é onde minha mãe mora, não lidei bem com isso porque tive medo de falhar. Hoje consigo entender melhor situações de preconceito e tento ensinar a minha filha o quanto é importante ela se conhecer, se respeitar e respeitar todas as pessoas, independente do que falem sobre elas.
(ENTREVISTADA D)

Aqui a entrevistada demonstra ter ficado receosa com a reação do seu círculo de convivência, temendo demonstração explícita de preconceito, especialmente com relação a sua filha. Nessa fala também se verifica que há um auto conhecimento sobre seu lugar na sociedade, mas é importante ressaltar, que isso se trata de uma exceção, pois a maioria das mulheres solicitadas para participar da pesquisa se recusaram ou por vergonha, por não aceitar sua situação (seja recente ou não) ou por não se reconhecer nessa situação, tendo em vista que algumas esperam pelo restabelecimento do relacionamento que ora está rompido.

A entrevistada “A” que lidou com essa situação de discriminação nos anos 1990 e 2000 por criar seus filhos sozinha diz que “Sempre existirá um certo preconceito, porém com a cabeça erguida seguimos em frente.” Aqui ela apresenta não só a confirmação da discriminação, mas também uma conformidade, como se não houvesse nenhuma esperança de transformação.

Contudo, entre as entrevistadas “B” e “D”, que tem faixa etária em torno dos 30 anos e enfrentam a monoparentalidade nos dias atuais, há uma diferença de pensamento com relação a entrevistada “A”:

Existem famílias formadas de todos os tipos, então não me sinto mal com relação ao modelo familiar tradicional, ensino ao meu filho que a ausência do pai não é culpa dele e que existem vários tipos de família. Porque o que importa em um ambiente familiar é o amor e o respeito e não como ela é formada. (ENTREVISTADA “B”)

Aqui percebemos que o pensamento pode já estar contemplado pelo processo de naturalização, pelo fato de ser um modelo de família crescente no Brasil, ou talvez seja apenas a necessidade de ensinar essa naturalização ao filho, no intuito de formar uma consciência aberta pra aceitar que sua família não está quebrada é apenas diferente das demais. O mesmo sentido notamos na seguinte expressão:

No início me sentia um pouco frustrada, a igreja me ensinou que a mulher é a base do casamento, então eu fui uma base muito fraca, essa sensação de culpa me afastou da igreja, mas nem por um instante pensei que minha família fosse menos estruturada por causa da ausência do pai da minha filha. Minha filha é uma criança educada, forte, inteligente e estudiosa. Minha família é estruturada porque nos amamos e cuidamos uma da outra. (ENTREVISTADA D)

Sendo assim, podemos observar que a família tem modificado sua estrutura ao longo do tempo e o que hoje é chamada de família tradicional ou modelo é na verdade uma reformulação do modelo familiar criado na idade média. Vejamos o que diz Philippe Ariès (2006) sobre a representação da família na iconografia europeia: “O pai e a mãe estão no meio. O pai dá a mão ao filho, e a mãe, à filha. O criado está ao lado dos homens, e a criada ao lado das mulheres... Os criados fazem parte da família” (Ariès, Philippe. 2006, p. 136). A família era inicialmente formada por todos os membros duma residência e passa a ser compreendida posteriormente como uma relação de vínculo parental. Ainda segundo Ariès o laço parental de uma família “não durava mais que duas gerações” mas foi o que “deu origem as teorias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal”.¹¹ Hoje as famílias monoparentais tem se tornado cada vez mais comuns, embora não desejada, se torna uma alternativa viável para recomeços.

¹¹ ARIÈS, Philippe. 1914 - 1984. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim entendemos que a história das mulheres é fortemente marcada por insubordinação e que na historiografia ainda é muito recente os estudos sobre as mulheres e sobre questões que envolvem seu cotidiano, mas como lembra Alexandra Kolontai¹² embora fosse conveniente para o patriarcado manter a mulher no âmbito privado isto mudou quando com o avanço do capitalismo e de sua grave exploração nasceu a necessidade tanto de complementação de renda entre as famílias trabalhadoras, quanto de mão de obra que pudesse ter um valor inferior a mão de obra masculina. Após o avanço das lutas das mulheres por seus direitos e inclusão, ainda há muito o que se refletir sobre a condição da mulher na sociedade pois as pesquisas que envolvem gênero e sexualidade estão longe de sua saturação.

Com relação as ‘famílias monoparentais’ vemos que os fatores condicionantes são diversos e para abranger todas as famílias com suas especificidades são chamadas assim, no plural, por Lisete Weissmann (2008).

Também pudemos perceber que os estudos sobre gênero e sexualidade dentro do campo da história como Mary Del Priore (2011) contribui para a naturalização de questões antes vistas como escandalosas. Nos artigos na área de Serviço Social como o de Marister Scarpellini e Viviani Yoshinaga Carlos (2011) é enfocado a necessidade de cuidado com essas famílias que se encontram numa situação de vulnerabilidade econômica, na área da psicologia na dissertação de mestrado de Lisete Weissmann (2008) ao mesmo tempo que mostra a família monoparental como necessitada de auxílio terapêutico, põe em questionamento também a necessidade da presença do pai na criação dos filhos e associa o desequilíbrio de uma família pesquisada, ao saber que o filho furta em seu condomínio, à própria mãe, pondo-a como responsável pela situação que vivencia da seguinte forma:

No espaço intersubjetivo, qual é o roubo que circula nessa família? Parece que os filhos são concebidos partindo de um roubo, o roubo da mãe do espermatozoide do pai. A violência atravessa a família, pois a mãe rouba o espermatozoide do pai, reduzindo-o a ser um objeto inútil (WEISSMANN. 2008, p.84)

do Estado? Será que a responsabilidade pela educação dos filhos deve realmente ser exclusiva da mãe? Se apenas a mãe garante o sustento dos filhos então quem garante a educação? Quem

¹² KOLONTAI, Alexandra. 1872-1953 - A nova mulher e moral sexual / Alexandra Kolontai. – 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.152

está integralmente presente para garantir a educação moral dessas crianças? E quem tem autoridade para dizer que a mãe não fez tudo que pôde para suprir a educação moral dos filhos enquanto trabalhava pelo sustento da família?

Por isso a urgência em refletir sobre o cotidiano das mulheres e das relações de gênero. A História deve, nesse sentido, ter esse papel de questionadora e trazer a nu as questões que ficam nebulosas em outras disciplinas.

Como a própria Lisete Weissmann (2008, p.83) coloca “O lugar paterno carrega uma marca que provém do social.”, assim, se seguirmos essa linha de pensamento, o lugar que está reservado para o pai, que é um lugar socialmente construído, não deixará de existir mesmo que a mãe se esforce para supri-lo porque a própria sociedade se encarrega de apontar essa ausência como uma anomalia, um defeito. Ou seja, aquela família embora aceita como família ainda é vista como uma família quebrada.

A condição de monoparentalidade é vista de formas diferentes, tanto muda de indivíduo pra indivíduo, quanto de família pra família, mas os princípios que regem esses pontos de vista são fixados no inconsciente das pessoas pelas instituições sociais que moldam o caráter delas. Como é o caso das igrejas. É distinta a forma de lidar com a monoparentalidade em cidades como Canapi e Rio de Janeiro, por exemplo, mas os princípios são quase sempre os mesmos, se levar em consideração a formação religiosa da grande maioria das pessoas do país, o regime de leis, que é o mesmo, estão tanto sobre o canapiense quanto sobre o carioca, faz com que haja inúmeras semelhanças.

Portanto notamos que não há uma negação do preconceito entre as entrevistadas B e D, mas uma necessidade de afirmação do contrário, do que é pensado socialmente, se pra sociedade é importante uma família com a presença de ambos os genitores a entrevistada “B” ensina ao filho que o que realmente importa “...é o amor e o respeito...”. E quando a sociedade diz que a ausência paterna gera uma desestrutura na unidade familiar, a entrevistada D rebate dizendo que sua família é bem estruturada porque há “amor e cuidado” entre os membros.

A monoparentalidade é um objeto amplo de estudo historiográfico ainda há muitas questões que não foram respondidas e mais ainda a serem feitas. Como viveram os filhos de família monoparental, até que ponto deram certo ou errado na vida e sob o olhar de quem? Há diferença no aprendizado de crianças filhos(as) de famílias monoparentais femininas com relação aos filhos(as) criados por famílias tradicionais? Existe alguma relação entre as famílias monoparentais femininas e o acesso às drogas ilegais por parte dos filhos? Por que a

Diante dessa suposição podemos questionar onde se expressa a tripla jornada de trabalho da mãe (trabalho, casa e criação dos filhos), a ausência paterna na criação dos filhos e a presença

monoparentalidade feminina está mais vinculada à promiscuidade da mulher e menos ao abandono masculino? Essas são questões que ainda podem ser problematizadas e a História das Mulheres tem o papel de cercar todos esses grupos que até poucos anos estavam invisíveis.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. 1914 - 1984. **História social da criança e da família** / Philippe Ariès; tradução de Dora Flaksman. 2 ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DANTAS, Luzane Karla Rodrigues; SANTOS, Ana Cristina Conceição. Movimento de mulheres Olga Benario pelo olhar das ativistas alagoanas. Universidade Federal de Alagoas, In. Ferraz, Marxismo e Classe Social (1). III Encontro Nacional de História do Sertão: Culturas, Políticas e Tempo Presente. Delmiro Gouveia, 2018. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/386186142/Ferraz-Marxismo-e-Classe-Social-1>> Acesso em: 20 de março de 2020

DE ALMEIDA, Angela Mendes. Família e história - Questões metodológicas. XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa Redonda “Uma visão Multidisciplinar da Família Brasileira”, organizado pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED) e pelo Conselho Federal de Economia Doméstica, com o apoio da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), 12/09/2001.

DE BEAUVOIR, Simone – **O Segundo Sexo**, 1970 v 1. Fatos e mitos 4ª edição tradução de Sérgio Milliet capa de Fernando Lemos. Difusão europeia do livro.

DEL PRIORE, Mary - **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil** / Mary Del Priore – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, - 9ª Ed. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro 1984.

FERREIRA, Marieta De Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200314> Acesso em: 20 de março de 2020

KOLONTAI, Alexandra. 1872-1953 - **A nova mulher e moral sexual** / Alexandra Kolontai. – 2 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 152 p.

KOLLONTAI, Alexandra - **Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina/1907**. Primeira Edição: Publicado pela primeira vez em 1907. Traduzido da versão em Espanhol. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kollontai/1907/001.htm>> Acesso em: 10 de outubro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MOURA, Flavia Almeida. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação, Revista Comunicação Midiática, 2017. Disponível em: < <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/49> > Acesso em: 20 de março de 2020

OLIVEIRA, N.H.D. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Correa. – São Paulo: Editora Contexto 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim – **Uma história do feminismo no Brasil**, Celi Regina Jardim Pinto – São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2003 – {Coleção História do Povo Brasileiro}.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani – **Gênero, Patriarcado, Violência** / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCARPELLINI, Marister E CARLOS, Viviani Yoshinaga. Artigo: Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. – 2011.

SCOTT, Ana Silvia Volpi - As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil, 2009, p.19. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983/13277>> Acesso em 20 de março 2020

SENADO FEDERAL. **Constituição Federal de 1988**. Secretaria-Geral da Mesa, Brasília, em 29 de maio de 2003. Mesa da Câmara dos Deputados: Deputado João Paulo Cunha, presidente; Mesa do Senado Federal: Senador José Sarney, presidente.

SOUSA, Ana Paula De. Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar / Ana Paula de Sousa. –Franca: UNESP, 2008.

WEISSMANN, Lisette - Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico. Mestrado em Psicologia Clínica, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2008. 157 p.

WOORTMANN, Klaas E WOORTMANN Ellen. Artigo: Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias – série antropologia. Brasília, 2004. 90 p.

SITE – PÁGINA ELETRÔNICA

CNN - Confederação Nacional dos Municípios - **Mulheres chefiam 40% dos lares brasileiros** – Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mulheres-chefiam-40-dos-lares-brasileiros-revela-pesquisa>> Acesso em: 23 de novembro de 2019.

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família - **Paternidade responsável: mais de 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/7024/Paternidade+respons%C3%A1vel%3A+mais+de+5%2C5+milh%C3%B5es+de+crian%C3%A7as+brasileiras+n%C3%A3o+t%C3%A3o+o+nome+do+pai+na+certid%C3%A3o+de+nascimento>> Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/20/0>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

JUSBRASIL – jusbrasil.com.br / **A trajetória do divórcio no Brasil: A consolidação do Estado Democrático de Direito** – Disponível em: < <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito> > Acesso em: 19 de novembro de 2019.

REVISTA CLAUDIA - **Os bastidores da reportagem que foi buscar as crianças casadas no Brasil** - Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/os-bastidores-da-reportagem-que-foi-buscar-as-criancas-casadas-no-brasil/>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

CNJ – Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio/> Acesso em: 28 de novembro de 2019.

YOUTUBE – youtube.com. Canal Poder360, - Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AMc1Lx84mak>> e Canal Band Jornalismo – Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AjdCQ4a2Bfg>> Acesso em: 19 de novembro de 2019.

ANEXO

Perguntas direcionadas às entrevistadas:

1. Como é ser mãe solo?
2. Como você lida com isso?
3. O que significou pra você ser mãe solo na cidade de Canapi?
4. Você tem ou teve algum apoio e ajuda na criação de seu(s) filho(s)
5. Como você se sente com relação às outras famílias com modelo tradicional?

Entrevistada A:

1. “Ser mãe solo é renúncia, doação e amor sem esperar recompensa.”
2. “Lidar com a maternidade não é fácil, mesmo porque, não existe escola para nos ensinar a ser mãe. Quando nos tornamos mãe temos a insegurança que nos atormenta, ‘será que vou acertar?’ acho que entre tantas dúvidas e receios temos que viver a cada dia aprendendo com os erros. Criamos expectativas, esperamos que conosco vai dar certo, depois nos frustramos porque não foi do jeito que idealizamos.”
3. “Ser mãe é uma missão que é pra sempre e quando somos sozinhas, se torna muito mais difícil.”
4. “Por um tempo tive o apoio dos meus pais, que foi fundamental, mas tenho certeza que a fé em Deus me fortaleceu.”
5. Sempre existirá um certo preconceito, porém com a cabeça erguida seguimos em frente.

Entrevistada B:

1. “É mudar sua vida e seu tempo, é dá todo seu coração. Ser mãe solo é um turbilhão de sentimentos ao mesmo tempo, é se sentir forte e protetora como uma leoa e ao mesmo tempo frágil e delicada como uma flor. Ser mãe é um sentimento que é difícil de explicar com palavras.”
2. “Quando descobri que estava grávida pensei em várias coisas, apareceram muitas dúvidas e medo, mas quando meu filho nasceu me renovou, eu renasci.”
3. “É uma luta diária, porque você tem que lidar com uma sociedade machista, preconceituosa que julgam a mulher como sempre a errada, como se tivéssemos nos tornado mãe solo por opção, ninguém sabe sua história, mas te colocam em uma posição de julgamento, e quando não fazem isso em palavras, te julgam em olhares. Ser mãe solo significa força e luta.”
4. “Eu tive muito apoio familiar desde o começo da gravidez, emocional porque nunca me julgaram e tive financeira no período da gravidez e mesmo sendo menos agora ainda dependendo dos meus pais com relação a moradia.”
5. “Existem famílias formadas de todos os tipos, então não me sinto mal com relação ao modelo familiar tradicional, ensino ao meu filho que a ausência do pai não é culpa dele e que existem vários tipos de família. Porque o que importa em um ambiente familiar é o amor e o respeito e não como ela é formada.”

Entrevistada “C”:

1. Ser mãe é uma benção porque lembra Maria mãe de Jesus.
2. Pra me é uma coisa normal.
3. Coragem, perseverança, muita fé em Deus.
4. Sim! de Deus.

5. Por conhecer filhos que cresceram com pai e mãe rigorosos dentro de casa e não são exemplo na sociedade é que não sinto nada nessa tal de tradição.

Entrevistada “D”

1. Ser mãe solo é estar sempre sendo avaliada, ou será um desastre por estar sendo permissiva ou será igualmente um desastre por ser muito exigente e dura.
2. Eu vivo tentando alcançar esse meio termo, me culpo por não conseguir ser uma mãe melhor pra minha filha e peço a Deus que ela seja uma boa pessoa.
3. Quando me separei vim pra cá porque é onde minha mãe mora, não lidei bem com isso porque tive medo de falhar. Hoje consigo entender melhor situações de preconceito e tento ensinar a minha filha o quanto é importante ela se conhecer, se respeitar e respeitar todas as pessoas, independente do que falem sobre elas.
4. Tive e ainda tenho apoio da minha mãe e irmãos, não teria conseguido manter meu trabalho e depois voltar a estudar se não tivesse sido eles. E o pai da minha filha também ajuda financeiramente.
5. No início me sentia um pouco frustrada, a igreja me ensinou que a mulher é a base do casamento, então eu fui uma base muito fraca, essa sensação de culpa me afastou da igreja, mas nem por um instante pensei que minha família fosse menos estruturada por causa da ausência do pai da minha filha. Minha filha é uma criança educada, forte, inteligente e estudiosa. Minha família é estruturada porque nos amamos e cuidamos uns dos outros.